



107
Hm
A4

ATA NÚMERO DOIS

Aos onze dias do mês de dezembro de 2019, nas instalações do Núcleo de Apoio Técnico dos Açores, sitas na Rua Doutor Armando Narciso, 7, em Ponta Delgada, reuniu o júri do procedimento concursal Ref.^a «Região Autónoma dos Açores» (referência 234/AT/2019), para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviço Prisionais — Estabelecimentos Prisionais, Centros Educativos, Equipas de Reinserção Social e Equipas de Vigilância Eletrónica do Continente e das Regiões Autónomas, cujo Aviso (extrato) n.º 14683/2019, foi publicado nesta data em Diário da República, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro, e publicitado na BEP com o número OE201909/0437, estando presentes os seguintes elementos:

Presidente:

Nuno Manuel Matias Silva Ferreira, Diretor do Núcleo de Apoio Técnico Açores, da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas;

Vogais:

Helena Isabel Ferreira Martins, Adjunta da Direção do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada;

Anabela Santos Melo, Coordenadora da Equipa de Vigilância Eletrónica de Ponta Delgada.

A presente reunião teve como objetivo:

- 1) Dar cumprimento ao n.º 1 do artigo 21.º da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, ou seja, proceder à verificação dos requisitos de admissão ao procedimento concursal por parte dos candidatos;
- 2) Notificar os candidatos com pretensão de exclusão e respetiva causa;
- 3) Determinar qual o método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato;
- 4) Marcação da data, hora e local da realização do primeiro método de seleção - prova de conhecimentos.

1. Admissão/exclusão dos candidatos

O Júri constatou que deram entrada treze candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Carlos Eduardo Almeida Pacheco
- Diana Paula Correia Botelho
- Hugo Miguel Carvalho Pato
- Nélia Conceição Raposo Cabral



- Rui Manuel Paiva Martins
- Sandy Cabral Medeiros Afonso

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches

ii. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Dário Borges Barcelos

iii. Por não comprovar ser detentor da habilitação literária exigida no ponto 8 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Sandra da Conceição Reis Ventura Lima

iv. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Hugo Filipe Ramos Oliveira
- Joana Borges Borba
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes

2. Audiência Prévia

O júri deliberou igualmente, a fim de dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 22.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, notificar os candidatos indicados na alínea b) do ponto 1 da presente Ata, por correio eletrónico, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados para, no prazo de 10 dias úteis, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre a intenção do júri em proceder à sua exclusão do procedimento concursal.

3. Determinação do método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato

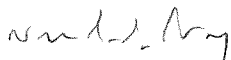
Analisadas as candidaturas, as respetivas declarações das funções exercidas à data de abertura do presente procedimento concursal, e considerando que os candidatos concorreram às várias unidades orgânicas existentes nos diferentes distritos, ou seja, concorreram ao distrito *per si*, logo as caracterizações dos postos de trabalho nas diversas unidades orgânicas por distrito, e a concurso, são diferentes, pelo que deliberou o Júri determinar que o método de seleção obrigatório a aplicar a todos os candidatos será a prova de conhecimentos.

4. Agendamento do método de seleção obrigatório – Prova de conhecimentos

Deliberou o Júri agendar a prova de conhecimentos para o próximo dia 17 de janeiro de 2020, pelas 09:30 horas, que terá lugar nas instalações desta Direcção-Geral, sitas na Rua Doutor Armando Narciso, 7, em Ponta Delgada, e notificar, por correio eletrónico, os candidatos admitidos.

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri, após ter sido lida e achada conforme.

Presidente




Nuno Manuel Matias Silva
Ferreira

Vogal



Helena Isabel Ferreira Martins

Vogal



Anabela Santos Melo